

Gerenciamento Costeiro do Litoral Norte

Audiência Pública referente à proposta de Zoneamento Ecológico-Econômico do município de Ilhabela

Os membros do Grupo Setorial de Coordenação do Gerenciamento Costeiro do Litoral Norte – biênio 2013-2015 – tomaram posse em março deste ano para prosseguir com os trabalhos de revisão do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) da região, em atendimento ao prazo definido na Política Estadual de Mudanças Climáticas.

O ZEE é um instrumento de ordenamento territorial composto por um mapa, onde se visualiza o zoneamento da região, e por um Decreto, onde constam as normas que balizam a ocupação do território e o uso dos recursos naturais.

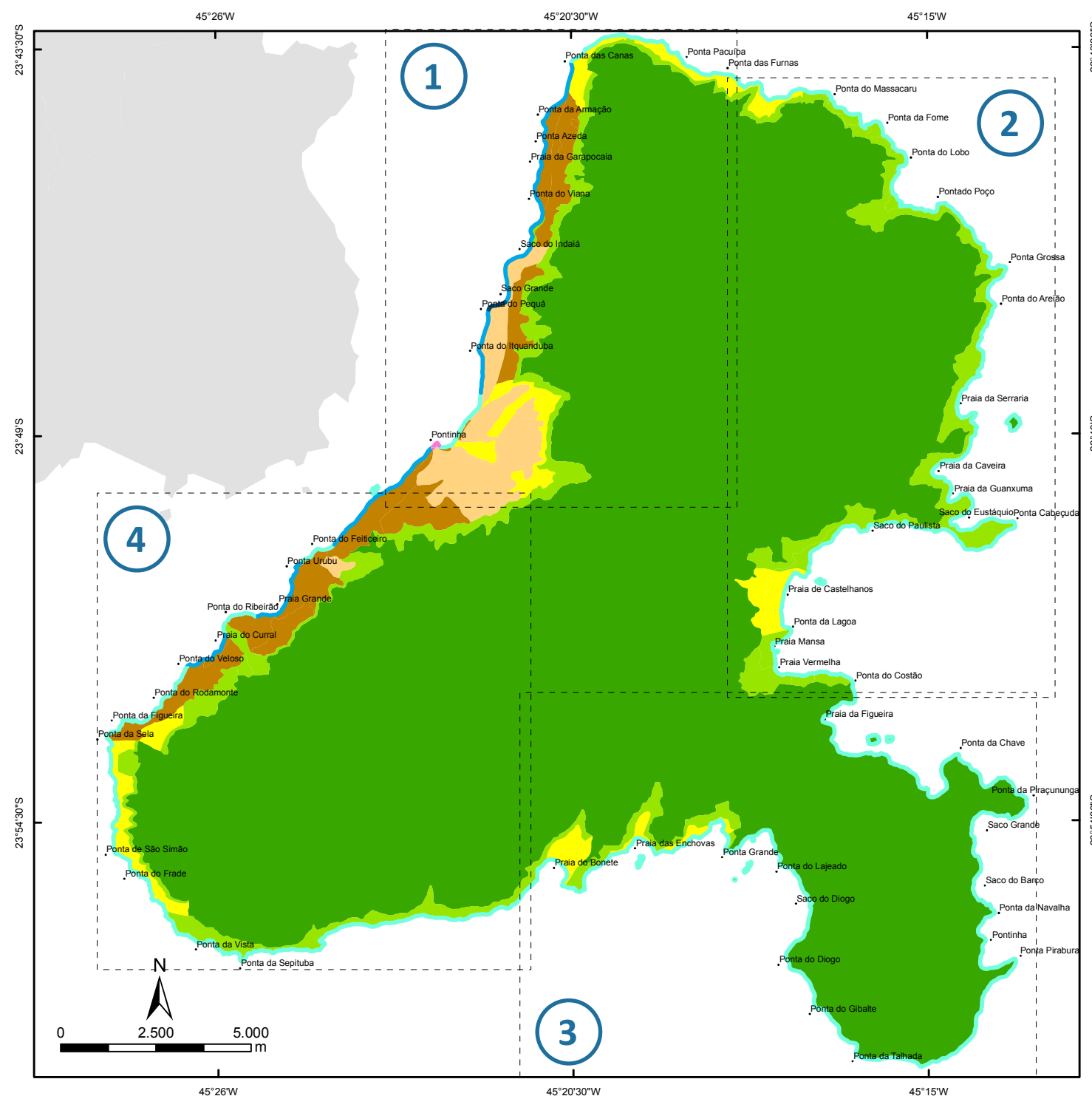
O Grupo Setorial vem trabalhando desde 2010 na revisão do texto do Decreto e este ano iniciou os trabalhos de revisão do mapa. O processo de revisão do mapa iniciou-se com um trabalho de análise dos dados de diagnóstico, considerando sua evolução nos últimos 10 anos e cotejando-os com os planos setoriais e políticas públicas incidentes na região, de forma a projetar cenários de sua evolução para os próximos 10 anos, prazo de vigência do ZEE.

O ponto de partida para a discussão do mapa, em cada município, é uma proposta apresentada pela respectiva Prefeitura. Abre-se, a partir daí, um prazo para que os integrantes do Grupo Setorial e demais interessados possam fazer análises setoriais e apresentar suas contribuições, iniciando-se então um debate que, tendo como pano de fundo os dados de diagnóstico e os cenários projetados para a evolução do uso do território, busca uma proposta que consiga satisfazer as expectativas dos diferentes setores econômicos, ambientais e sociais de cada município e da região.

É nessa etapa que se encontra a proposta referente ao município de Ilhabela. Considerando que o ZEE irá, pelos próximos 10 anos, influenciar a forma como o município se desenvolverá, julga-se oportuno submeter à população de Ilhabela a proposta colocada no Grupo Setorial. Desta forma, a população poderá tomar conhecimento do que está sendo proposto e do que isso pode significar com relação ao desenvolvimento do município e também poderá fazer suas propostas e contribuições, de modo que o zoneamento resultante seja fruto de um debate democrático.

Zoneamento do Município de Ilhabela

Atual (2004)



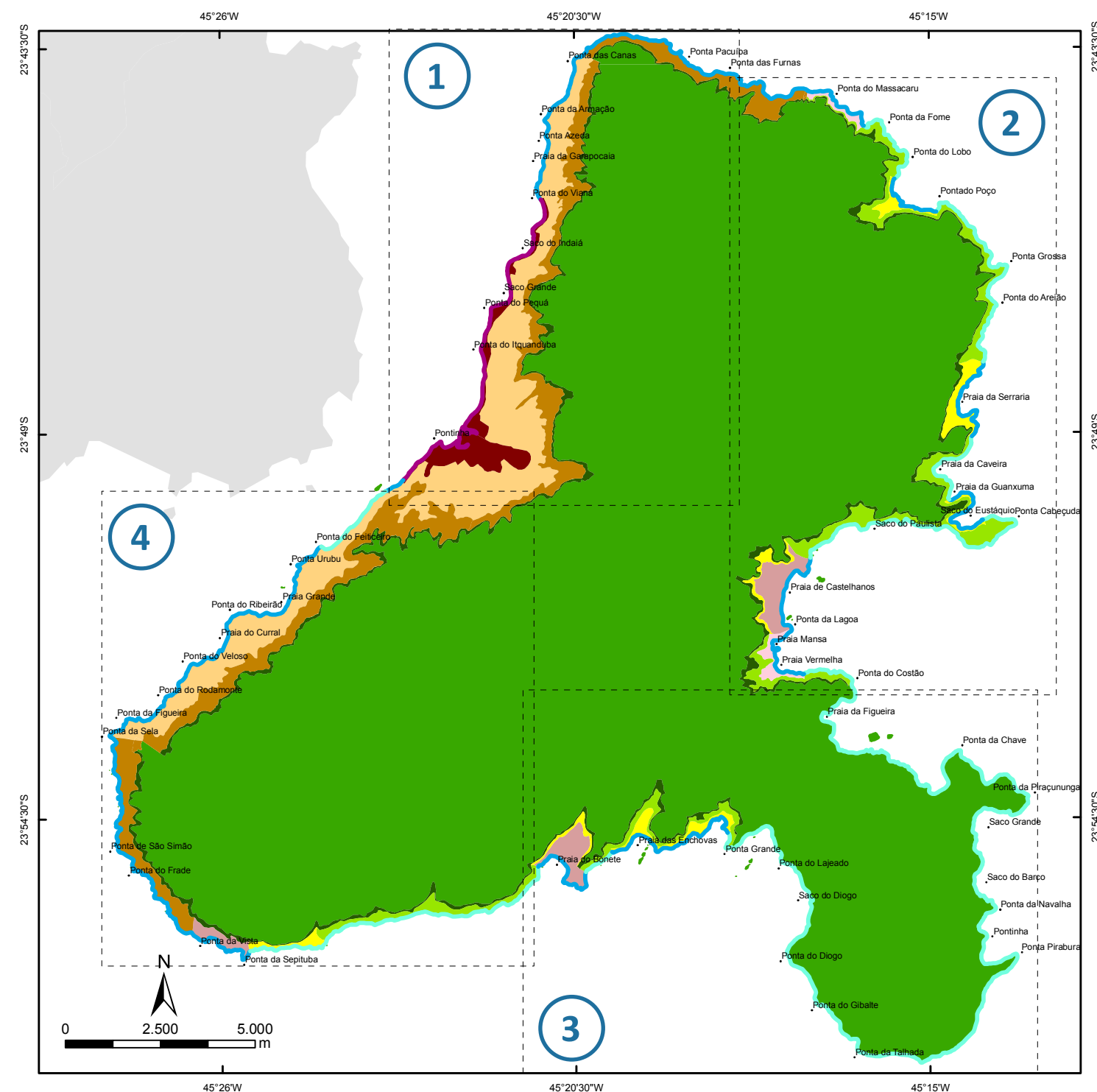
Zoneamento Terrestre

- Z1 T AEP
- Z1 T
- Z2 T
- Z4 T OD
- Z4 T

Zoneamento Entre-Marés

- Z1 EM
- Z2 EM
- Z3 EM
- Z4 EM

Proposto (2013)



Zoneamento Terrestre

- Z1 T AEP
- Z1 T OD
- Z1 T
- Z2 T
- Z3 T
- Z4 T OD 1
- Z4 T OD 2
- Z4 T
- Z5 T OD

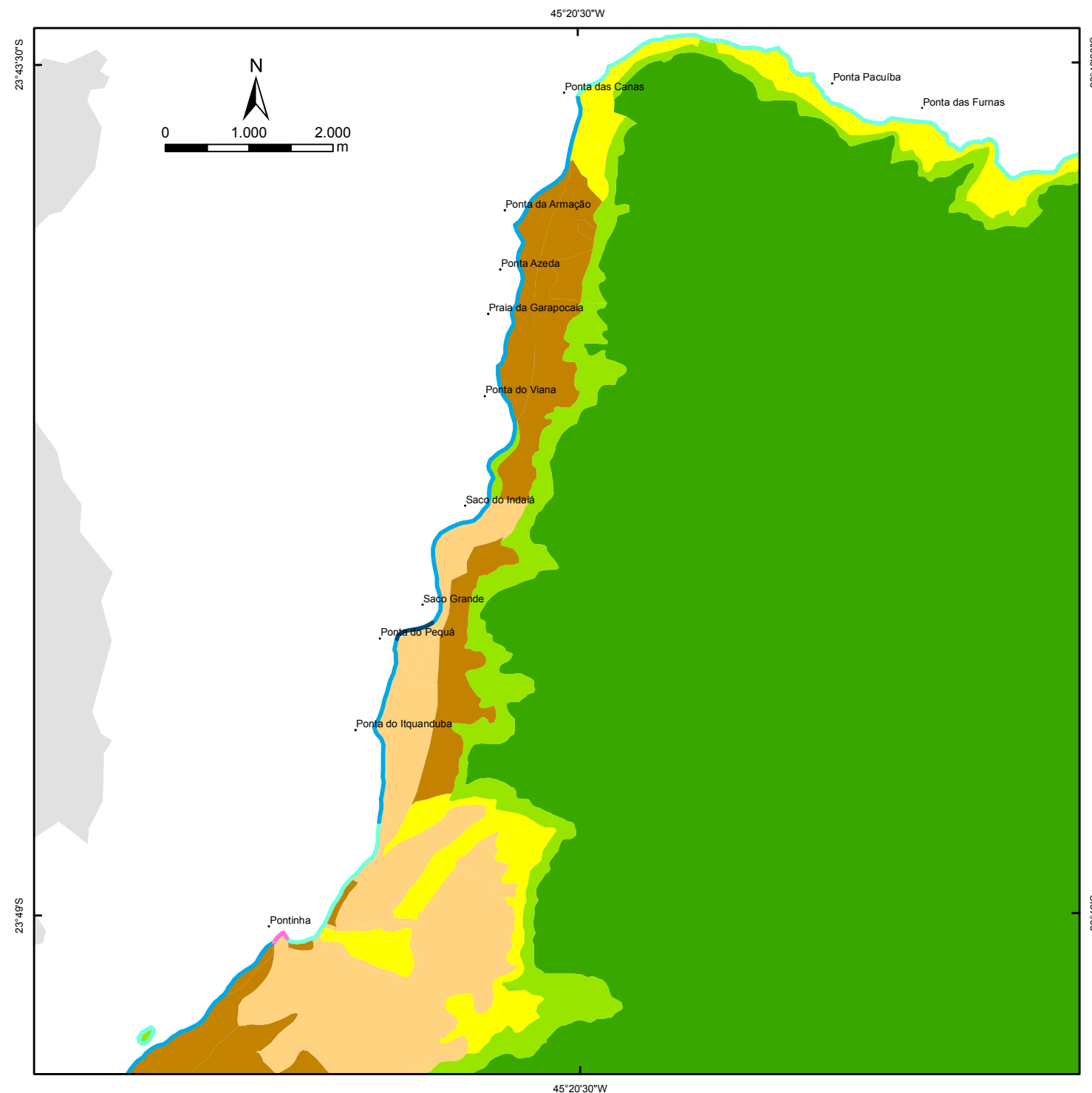
Zoneamento Entre-Marés

- Z1 EM
- Z2 EM
- Z5 EM OD

Em azul, o que foi alterado em relação ao Decreto Estadual 49.215/2004

Detalhe da área 1

Atual (2004)



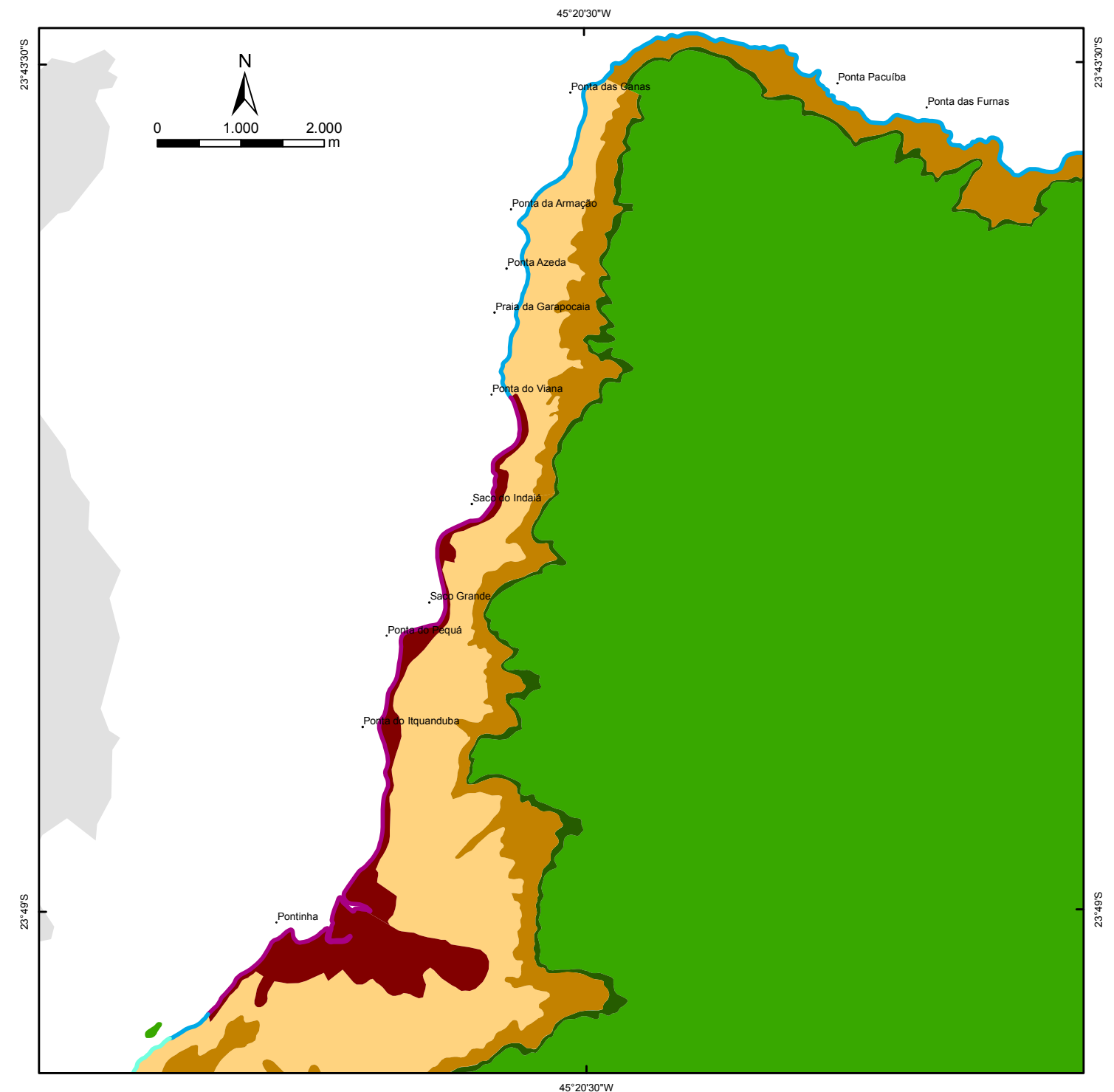
Zoneamento Terrestre

- Z1 T AEP
- Z1 T
- Z2 T
- Z4 T OD
- Z4 T

Zoneamento Entre-Marés

- Z1 EM
- Z2 EM
- Z3 EM
- Z4 EM

Proposto (2013)



Zoneamento Terrestre

- Z1 T AEP
- Z1 T OD
- Z1 T
- Z2 T
- Z3 T
- Z4 T OD 1
- Z4 T OD 2
- Z4 T
- Z5 T OD

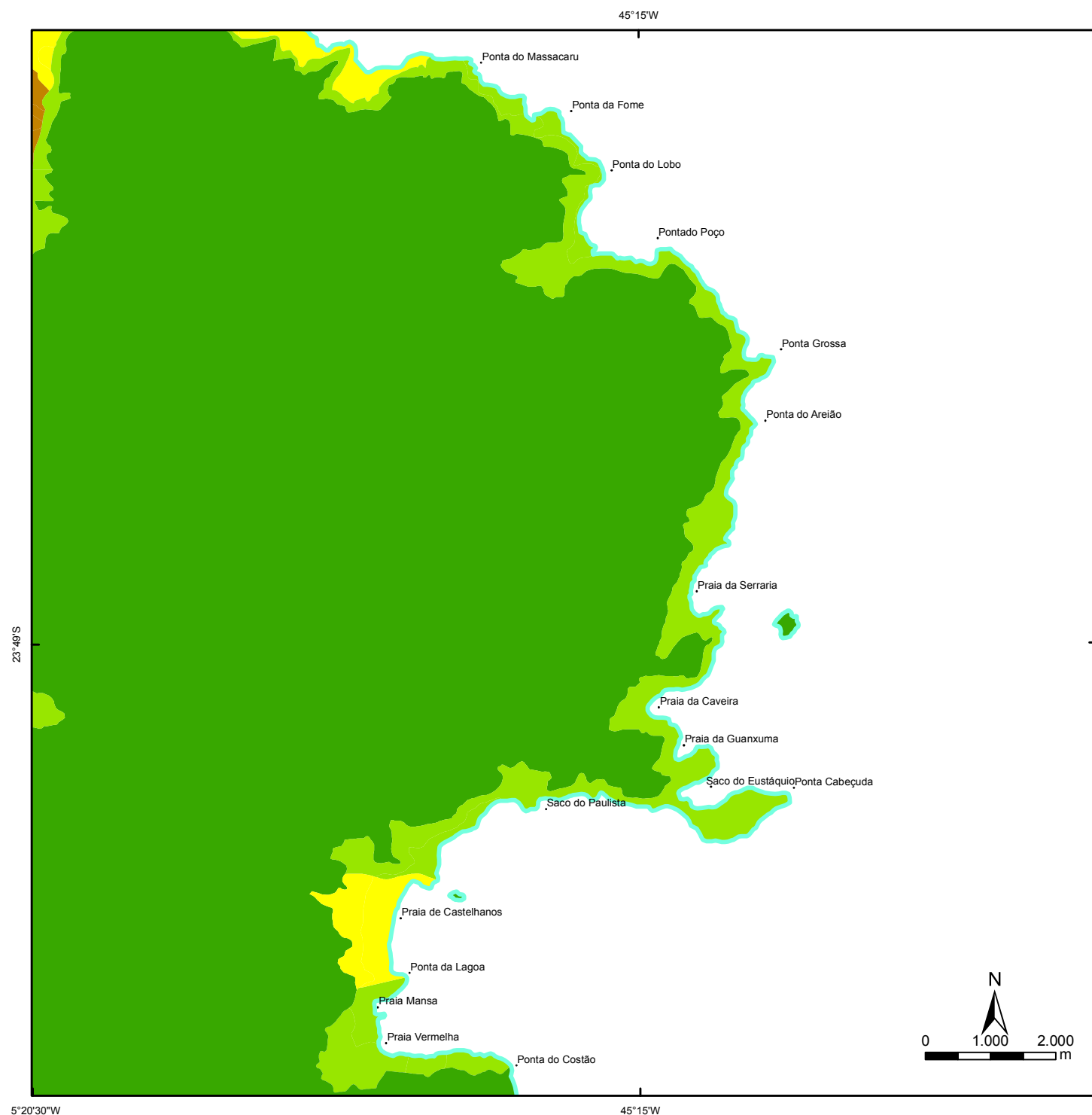
Zoneamento Entre-Marés

- Z1 EM
- Z2 EM
- Z5 EM OD

Em azul, o que foi alterado em relação ao Decreto Estadual 49.215/2004

Detalhe da área 2

Atual (2004)



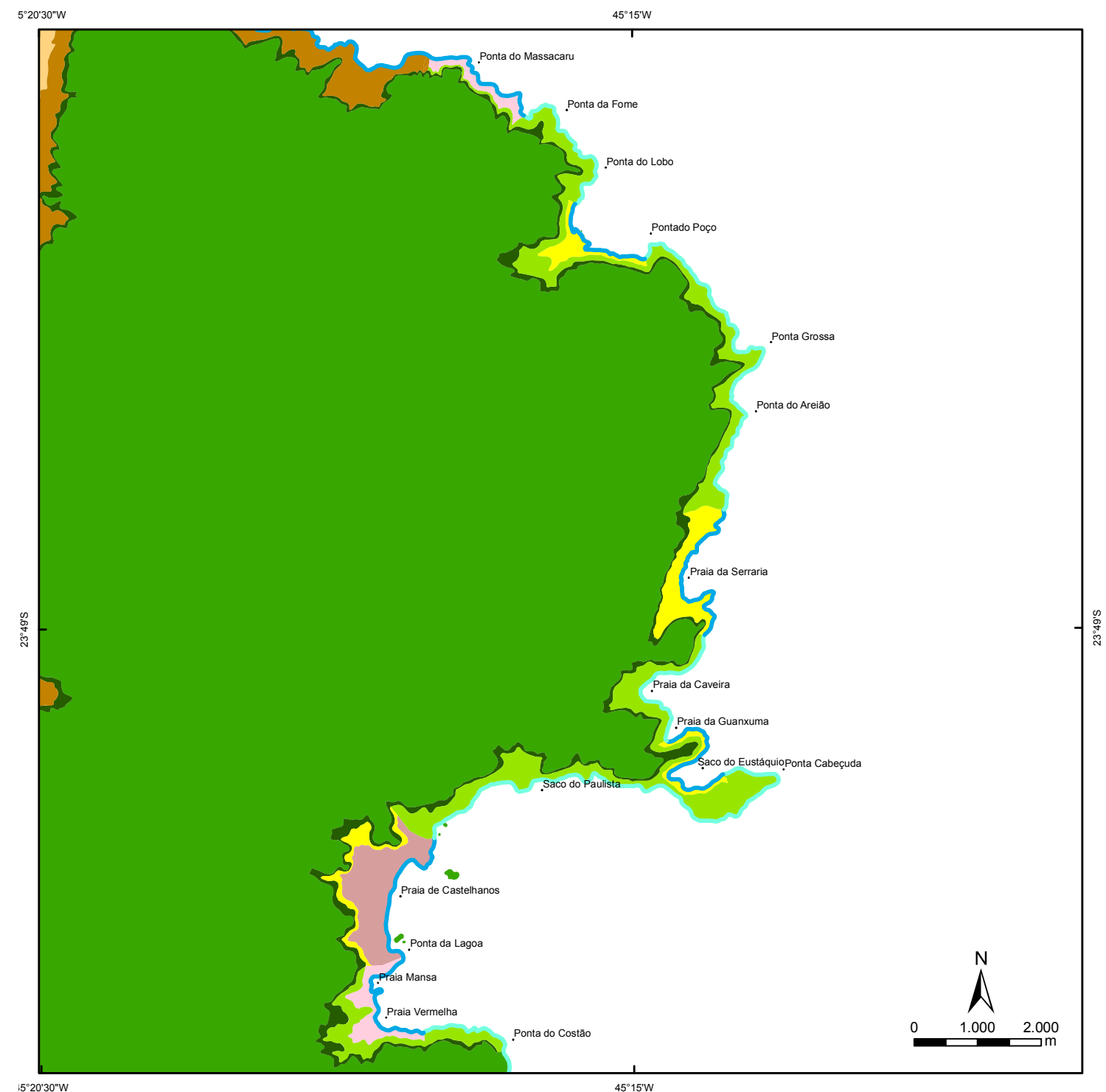
Zoneamento Terrestre

- Z1 T AEP
- Z1 T
- Z2 T
- Z4 T OD
- Z4 T

Zoneamento Entre-Marés

- Z1 EM
- Z2 EM
- Z3 EM
- Z4 EM

Proposto (2013)



Zoneamento Terrestre

- Z1 T AEP
- Z1 T OD
- Z1 T
- Z2 T
- Z3 T
- Z4 T OD 1
- Z4 T OD 2
- Z4 T
- Z5 T OD

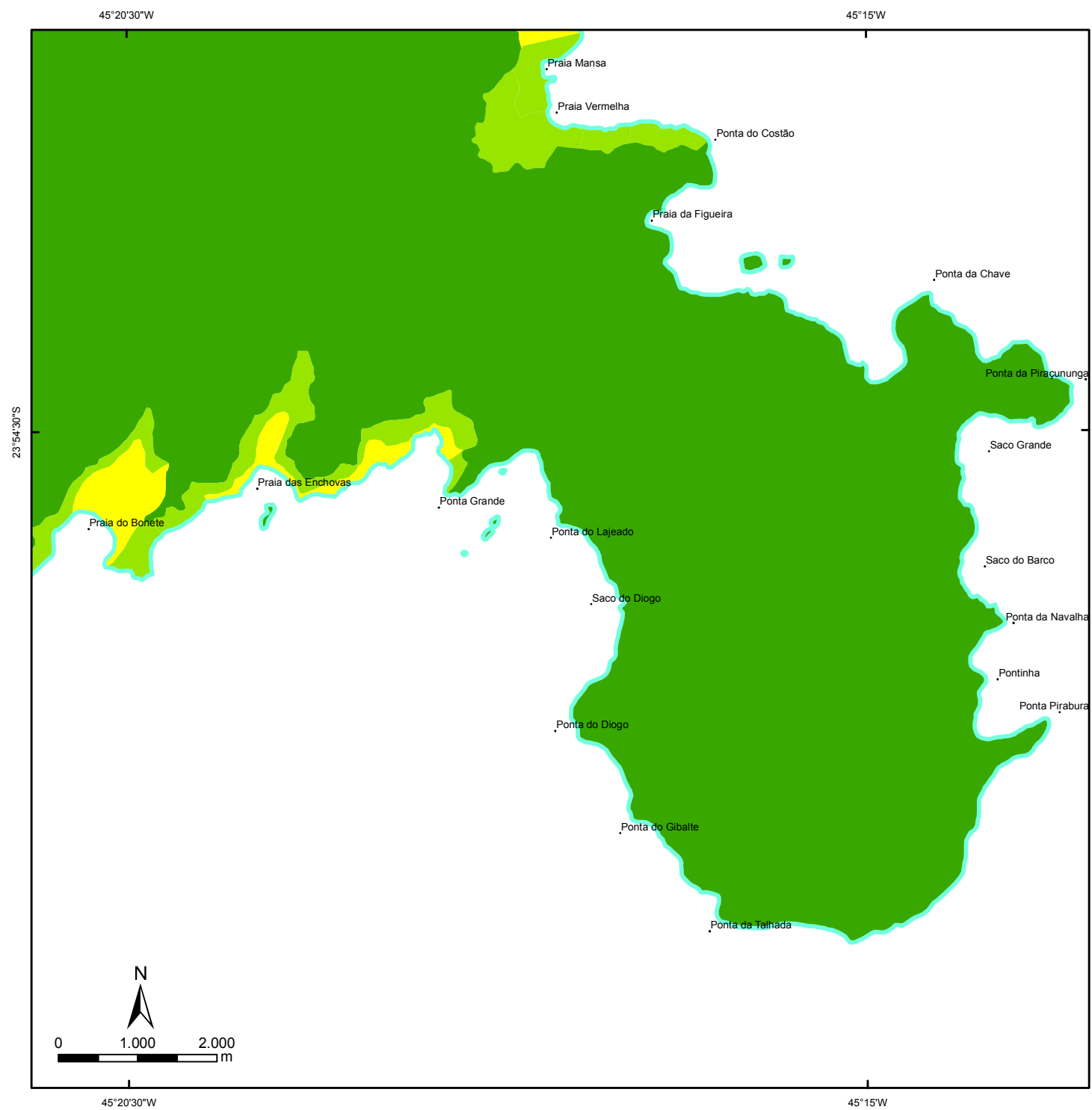
Zoneamento Entre-Marés

- Z1 EM
- Z2 EM
- Z5 EM OD

Em azul, o que foi alterado em relação ao Decreto Estadual 49.215/2004

Detalhe da área 3

Atual (2004)



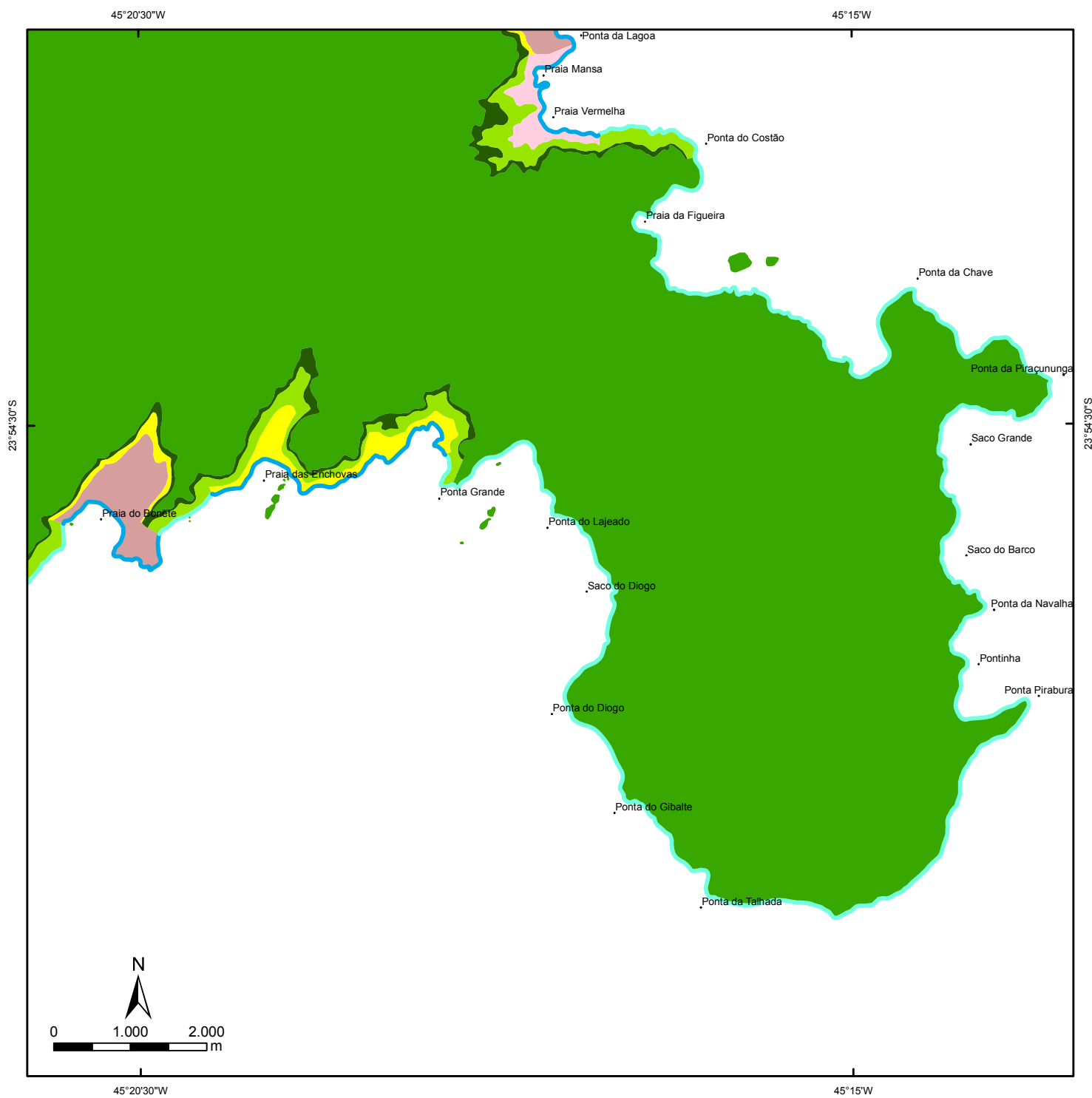
Zoneamento Terrestre

- Z1 T AEP
- Z1 T
- Z2 T
- Z4 T OD
- Z4 T

Zoneamento Entre-Marés

- Z1 EM
- Z2 EM
- Z3 EM
- Z4 EM

Proposto (2013)



Zoneamento Terrestre

- Z1 T AEP
- Z1 T OD
- Z1 T
- Z2 T
- Z3 T
- Z4 T OD 1
- Z4 T OD 2
- Z4 T
- Z5 T OD

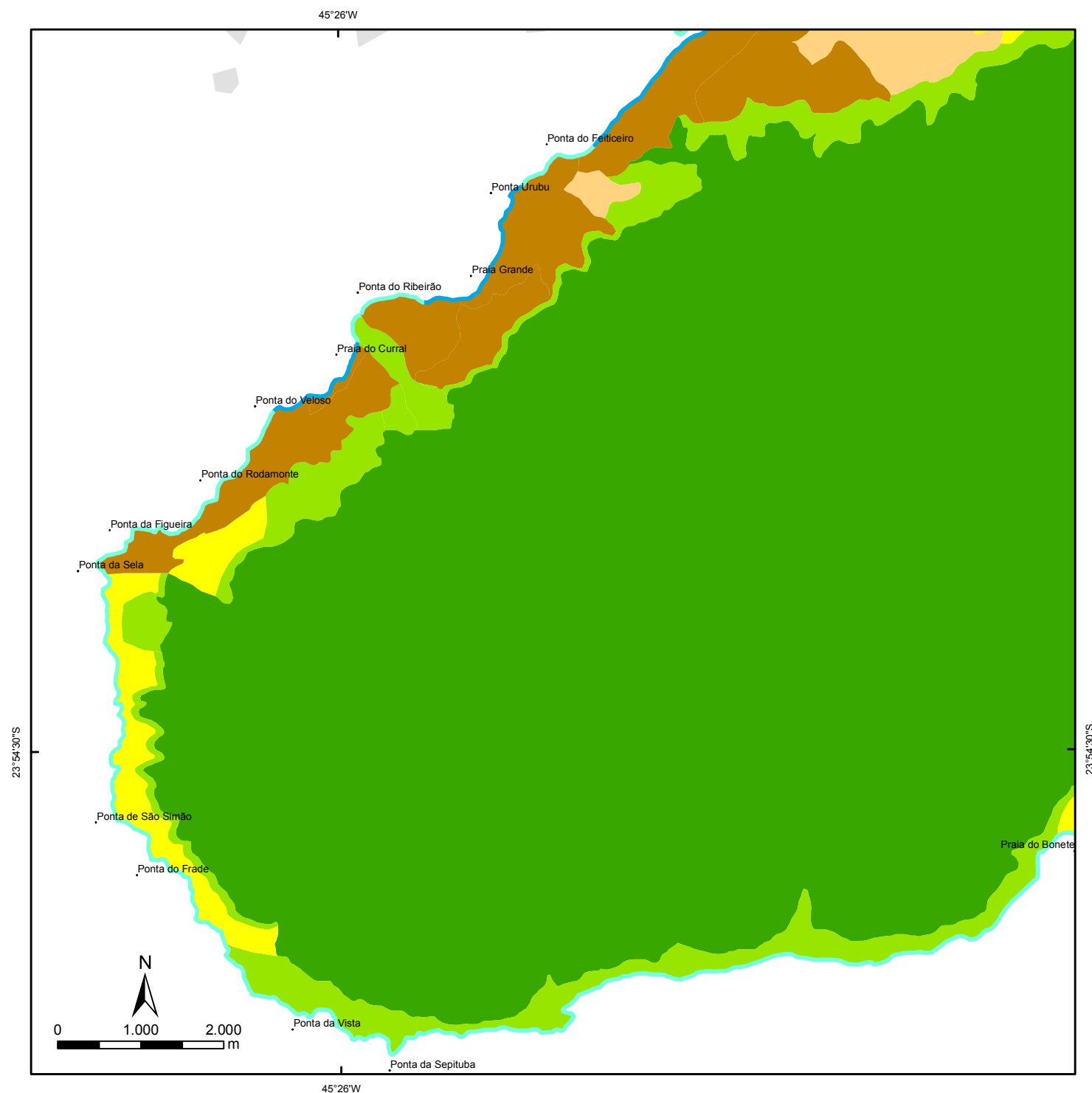
Zoneamento Entre-Marés

- Z1 EM
- Z2 EM
- Z5 EM OD

Em azul, o que foi alterado em relação ao Decreto Estadual 49.215/2004

Detalhe da área 4

Atual (2004)



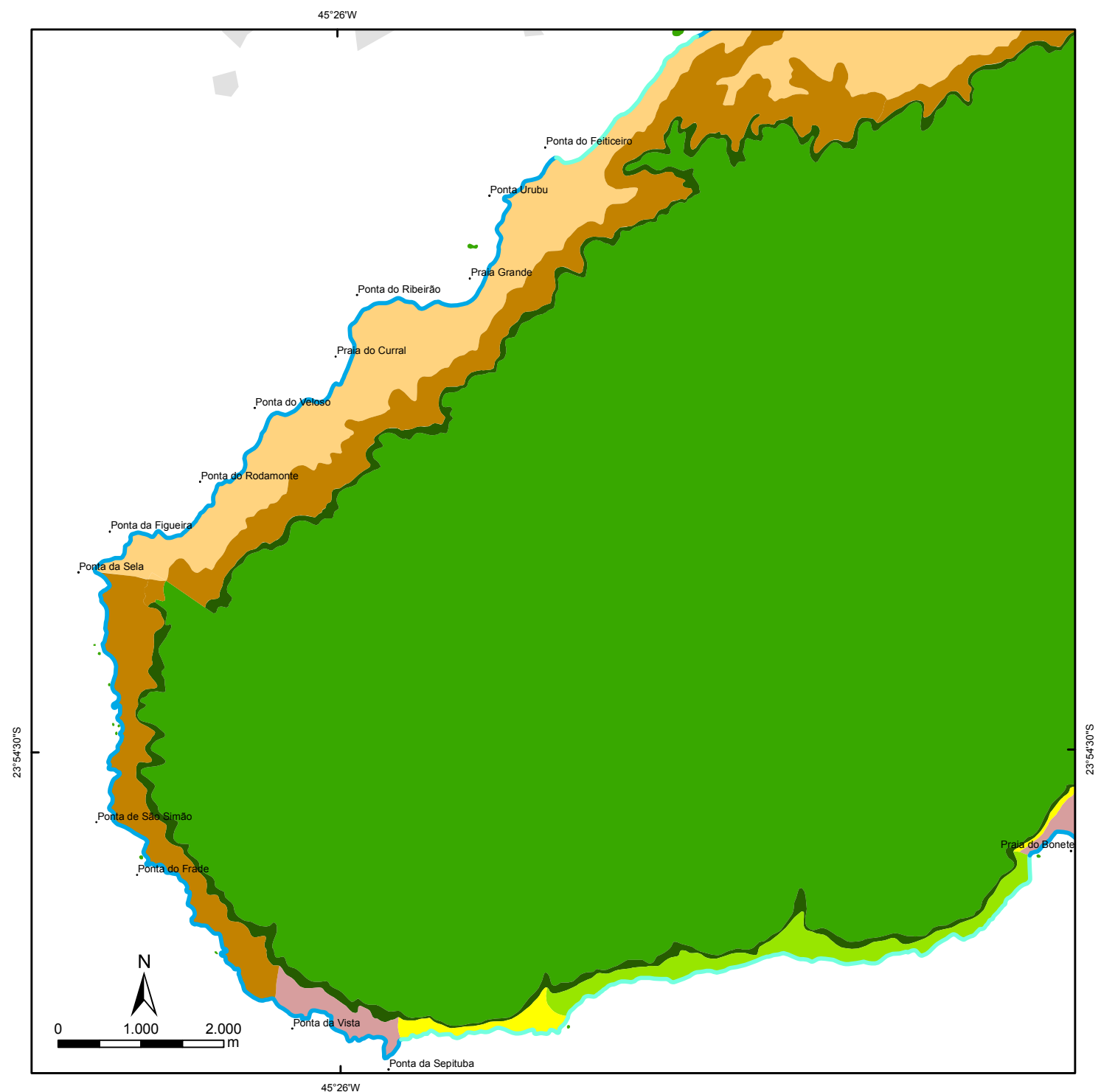
Zoneamento Terrestre

- Z1 T AEP
- Z1 T
- Z2 T
- Z4 T OD
- Z4 T

Zoneamento Entre-Marés

- Z1 EM
- Z2 EM
- Z3 EM
- Z4 EM

Proposto (2013)



Zoneamento Terrestre

- Z1 T AEP
- Z1 T OD
- Z1 T
- Z2 T
- Z3 T
- Z4 T OD 1
- Z4 T OD 2
- Z4 T
- Z5 T OD

Zoneamento Entre-Marés

- Z1 EM
- Z2 EM
- Z5 EM OD

Em azul, o que foi alterado em relação ao Decreto Estadual 49.215/2004

Zoneamento Terrestre

ZEE Litoral Norte

Decreto Estadual 49.215/2004

Zonas	Usos e Atividades Permitidos	Ocupação Permitida (% da propriedade)
Z1 T AEP	Aqueles definidos na legislação que regula as categorias das Unidades de Conservação, no diploma legal que as criou e nos respectivos Planos de Manejo, quando aplicáveis.	-
Z1 T	<ul style="list-style-type: none">I. Pesquisa científica relacionada à preservação, conservação e recuperação ambiental e ao manejo auto-sustentado das espécies da fauna e flora regional;II. Educação Ambiental;III. Manejo auto-sustentado, condicionado à existência de Plano Manejo;IV. Empreendimentos de ecoturismo com finalidade e padrões que não alterem as características ambientais da zona;V. Pesca artesanal;VI. Ocupação humana de baixos efeitos impactantes.	10%

Proposta do Grupo Setorial de Gerenciamento Costeiro do Litoral Norte (versão 22-03-2013)

Zonas	Usos e Atividades Permitidos	Ocupação Permitida (% da propriedade)
Z1 T AEP	Aqueles definidos na legislação que regula as categorias das Unidades de Conservação, no diploma legal que as criou, bem como nos respectivos Planos de Manejo, quando aplicável, e pela regulamentação específica no caso das terras indígenas.	-
Z1 T OD 1	São permitidos os usos e atividades estabelecidos para Z1T, porém não serão permitidas novas edificações, exceto aquelas que atendam às populações tradicionais destinadas exclusivamente a moradias, mediante a autorização do órgão ambiental competente. As edificações existentes serão admitidas desde que não haja ampliação de qualquer natureza.	10%
Z1 T	<ul style="list-style-type: none">I. Pesquisa científica;II. Educação ambiental;III. Atividades de subsistência;IV. Manejo sustentado dos recursos naturais, beneficiamento e processamento artesanal, e comercialização de produtos, condicionado à elaboração de plano específico;V. Empreendimentos de ecoturismo que mantenham as características ambientais da zona;VI. Pesca artesanal;VII. Ocupação humana de baixo impacto ambiental, incluindo estruturas destinadas à captação de água para consumo humano;VIII. Recuperação de área degradada;IX. Comércio e serviços de suporte às atividades da zona.	10%

Em azul, o que foi alterado em relação ao Decreto Estadual 49.215/2004

Zoneamento Terrestre

ZEE Litoral Norte

Decreto Estadual 49.215/2004

Zonas	Usos e Atividades Permitidos	Ocupação Permitida (% da propriedade)
Z2 T	São permitidos, além daqueles usos e atividades estabelecidos para Z1T: I. Aquicultura; II. Mineração com base no Plano Diretor Regional de Mineração, respeitando o Plano Diretor Municipal; III. Beneficamento dos produtos de manejo sustentado.	20%
Z3 T	São permitidos, além daqueles usos e atividades estabelecidos para Z1T e Z2T: I. Agropecuária, compreendendo unidades integradas de beneficiamento, processamento ou comercialização dos produtos agroflorestais e pesqueiros, compatíveis com as características ambientais da zona; II. Ocupação humana com características rurais; III. Silvicultura.	30%

Proposta do Grupo Setorial de Gerenciamento Costeiro do Litoral Norte (versão 22-03-2013)

Zonas	Usos e Atividades Permitidos	Ocupação Permitida (% da propriedade)
Z2 T	São permitidos, além daqueles usos e atividades estabelecidos para Z1T: I. Aquicultura; II. Mineração, com base nas diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor Regional de Mineração, quando existente.	20%
Z3 T	São permitidos, além daqueles usos e atividades estabelecidos para Z1T e Z2T: I. Agropecuária compreendendo unidades integradas de beneficiamento, processamento, armazenagem e comercialização dos produtos agroflorestais e pesqueiros, compatíveis com as características ambientais da zona; II. Silvicultura; III. Comércio e serviços de suporte às atividades permitidas na zona; IV. Turismo; V. Assentamentos humanos com características de baixo ou médio adensamento.	80% geral (30% impermeabilização)

Em azul, o que foi alterado em relação ao Decreto Estadual 49.215/2004

Zoneamento Terrestre

ZEE Litoral Norte

Decreto Estadual 49.215/2004

Zonas	Usos e Atividades Permitidos	Ocupação Permitida (% da propriedade)
Z4 T OD	I. Empreendimentos de turismo e lazer, parcelamentos e condomínios desde que compatíveis com o Plano Diretor Municipal, observadas as diretrizes fixadas nos Planos e Programas de Z4 OD, garantindo-se a distribuição e tratamento de água, coleta, tratamento e destinação final dos efluentes líquidos e dos resíduos sólidos coletados.	40%
Z4 T	São permitidos, além daqueles usos e atividades estabelecidos para Z1T, Z2T e Z3T: I. Equipamentos públicos e de infraestrutura necessários ao desenvolvimento urbano; II. Ocupação para fins urbanos; III. Unidades comerciais e de serviços, e atividades de baixo impacto ambiental.	60%
Z5 T	São permitidos, além daqueles usos e atividades estabelecidos para Z1T, Z2T, Z3T e Z4T: I. Unidades industriais; II. Terminais aeroportuários e rodoviários; III. Complexos portuários, pesqueiros e turísticos.	100%

Proposta do Grupo Setorial de Gerenciamento Costeiro do Litoral Norte (versão 22-03-2013)

Zonas	Usos e Atividades Permitidos	Ocupação Permitida (% da propriedade)
Z4 T OD 2	Todos os usos admitidos em Z4T, desde que compatíveis com o Plano Diretor Municipal, observadas as diretrizes fixadas nos Planos e Programas de Z4 OD, garantindo o abastecimento de água potável, a coleta, tratamento e disposição final de águas residuárias, viabilizando a coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos e sistema adequado de drenagem urbana.	30%
Z4 T OD 1	Todos os usos de Z4T, desde que compatíveis com o Plano Diretor Municipal, observadas as diretrizes fixadas nos Planos e Programas de Z4 OD, garantindo o abastecimento de água potável, a coleta, tratamento e disposição final de águas residuárias, viabilizando a coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos e sistema adequado de drenagem urbana.	50%
Z4 T	São permitidos, além daqueles usos e atividades estabelecidos para Z1T, Z2T e Z3T: I. Equipamentos públicos e de infraestrutura necessários ao desenvolvimento urbano; II. Ocupação para fins urbanos, observadas as normas legais que regulam a matéria; III. Comércio e serviços de suporte às atividades permitidas na zona.	70%
Z5 T OD	São permitidos, além daqueles usos e atividades estabelecidos para Z1T, Z2T, Z3T e Z4T: I. Empreendimentos e atividades de turismo, náutica e de lazer; II. Atividades de infraestrutura pesqueira. III. Atividades industriais de baixo potencial poluidor;	70%
Z5 T	São permitidos, além daqueles usos e atividades estabelecidos para Z1T, Z2T, Z3T e Z4T: I. Unidades industriais; II. Terminais aeroportuários e rodoviários; III. Complexos portuários, pesqueiros e turísticos.	100%

Em azul, o que foi alterado em relação ao Decreto Estadual 49.215/2004

Faixa Entre-Marés

ZEE Litoral Norte

Decreto Estadual 49.215/2004

Zonas	Usos e Atividades Permitidos*
Z1 EM	Nas propriedades cuja faixa entre-marés seja classificada em sua totalidade como Z1M e não houver acesso terrestre, será permitido a implantação de estruturas náuticas Classe I, respeitadas as exigências do licenciamento ambiental.
Z2 EM E	São permitidos os mesmos usos e atividades estabelecidos para Z1EM: Estruturas náuticas Classe I.
Z2 EM	São permitidos, além daqueles usos e atividades estabelecidos para Z1EM: Estruturas náuticas Classe I e II.
Z3 EM	São permitidos, além daqueles usos e atividades estabelecidos para Z1EM e Z2EM: Estruturas náuticas Classe III.
Z4 EM	São permitidos, além daqueles usos e atividades estabelecidos para Z1EM, Z2EM, Z3EM: Estruturas náuticas Classe IV e V.
Z5 EM	São permitidos, além daqueles usos e atividades estabelecidos para Z1EM, Z2EM, Z3EM e Z4EM: Portos.

* Sobre a classificação das estruturas náuticas, vide ANEXO 1

Proposta do Grupo Setorial de Gerenciamento Costeiro do Litoral Norte (versão 22-03-2013)

Zonas	Usos e Atividades Permitidos*
Z1 EM	Estruturas de apoio náutico Classe I.
Z2 EM E	São permitidos, além daqueles usos e atividades estabelecidos para Z1EM: Estruturas de apoio náutico Classe I.
Z2 EM	São permitidos, além daqueles usos e atividades estabelecidos para Z1EM: Estruturas de apoio náutico Classe I e II.
Z3 EM	São permitidos, além daqueles usos e atividades estabelecidos para Z1EM e Z2EM: Estruturas de apoio náutico Classe I e II.
Z4 EM	São permitidos, além daqueles usos e atividades estabelecidos para Z1EM, Z2EM, Z3EM: Estruturas náuticas Classe I e II.
Z5 EM OD	São permitidos, além daqueles usos e atividades estabelecidos para Z1EM, Z2EM, Z3EM e Z4EM: Estruturas e atividades náuticas para embarcações com arqueação bruta até 100 toneladas.
Z5 EM	São permitidos, além daqueles usos e atividades estabelecidos para Z1EM, Z2EM, Z3EM e Z4EM: Atividades náuticas e aeroportuárias; Estruturas náuticas e aeroportuárias.

Em azul, o que foi alterado em relação ao Decreto Estadual 49.215/2004

ANEXO I – Estruturas Náuticas

Definições do ZEE-LN (Decreto 49.215/2004)

Estruturas Náuticas: conjunto de um ou mais acessórios organizadamente distribuídos por uma área determinada, podendo incluir o corpo d’água a esta adjacente, em parte ou em seu todo, bem como seus acessos por terra ou por água, planejados para prestar serviços de apoio às embarcações e à navegação. Para efeito de classificação, as estruturas náuticas ficam divididas em Classe I, Classe II, Classe III, Classe IV e Classe V;

Estrutura Náutica Classe I: estruturas que não necessitam de aterros, dragagem, rampas, desmonte de pedras, construção de proteção contra ondas e marés. Apresentam a partir da parte seca sobre as águas um comprimento máximo total de até 20m, com até 3m de largura, podendo apresentar paralelamente à parte seca uma plataforma de atracação de até 5m de comprimento e de até 3m de largura, não possuindo construções e edificações conexas na parte seca;

Estrutura Náutica Classe II: estruturas que não necessitam de aterros, dragagem, podendo apresentar rampas com largura de até 3m, desmonte de pedras, construção de proteção contra ondas e marés. Apresentam a partir da parte seca sobre as águas um comprimento máximo total de até 30m, com até 3m de largura, podendo apresentar paralelamente à parte seca uma plataforma de atracação de até 10m de comprimento e de até 3m de largura, ficando permitidas construções e edificações de no máximo 50m² conexas na parte seca, sendo vedadas atividades de manutenção, reparos e abastecimento. Não se incluem nesta classificação as marinas e garagens náuticas de uso comercial;

Estrutura Náutica Classe III: estruturas que podem apresentar aterros de cabeceira, rampas de até 5m de largura, construção de proteção contra ondas e marés. Apresentam a partir da parte seca sobre as águas um comprimento máximo total de 50m, com até 5m de largura, podendo apresentar paralelamente à parte seca uma plataforma de atracação de até 20m de comprimento e de até 5m de largura, ficando permitidas construções e edificações de no máximo 200m², conexas na parte seca, assim como as atividades de manutenção e reparos, e vedada as de abastecimento. Incluem-se nesta classificação as marinas e garagens náuticas dentro das dimensões aqui definidas;

Estrutura Náutica Classe IV: estruturas que podem apresentar aterros de cabeceira, dragagem, construção de proteção contra ondas e marés, rampas de até 10m de largura. Apresentam a partir da parte seca sobre as águas um comprimento máximo total de até 100m, com até 10m de largura, podendo apresentar paralelamente à parte seca uma plataforma de atracação de até 50m de comprimento e até 10m de largura, ficando permitidas construções e edificações de no máximo 5.000m², conexas na parte seca, sendo permitidas as atividades de manutenção, reparos e abastecimento. Incluem-se nesta classificação as marinas, garagens náuticas e estaleiros dentro das dimensões aqui definidas;

Estrutura Náutica Classe V: estruturas que podem apresentar aterros de cabeceira, dragagem, construção de proteção contra ondas e marés, rampas com largura superior a 10m de largura. Apresentam a partir da parte seca sobre as águas um comprimento acima de 100m, com mais de 10m de largura, podendo apresentar paralelamente à parte seca uma plataforma de atracação de mais de 50m de comprimento e mais de 10m de largura, ficando permitidas construções e edificações acima de 5.000m² conexas na parte seca, sendo permitidas as atividades de manutenção, reparos e abastecimento. Inclui-se nesta classificação as marinas, garagens náuticas e estaleiros dentro das dimensões aqui definidas;

Definições do ZEE-Baixada Santista (Decreto 58.996/2013), base para discussão da revisão do ZEE-LN

Estrutura Náutica: conjunto de um ou mais acessórios organizadamente distribuídos por uma área determinada, podendo incluir o corpo d’água a esta adjacente, em parte ou em seu todo, bem como seus acessos por terra ou por água, planejados para prestar serviços de apoio às embarcações, à pesca e às demais atividades vinculadas à navegação;

Estrutura Náutica Classe 1: estrutura de apoio que compreende píeres flutuantes ou não, com rampas de acesso às embarcações, cuja implantação não implique aterro do corpo d’água, salvo os de cabeceira, nem construção de quebra-ondas ou enrocamento;

Estrutura Náutica Classe 2: estrutura de apoio que compreende instalações de galpões em terra para guarda de embarcações, serviços de manutenção de casco e reparos de motor, abastecimento de combustíveis e troca de óleo em área seca, assim como aquela que necessite, para sua implantação, aterro do corpo d’água, dragagem do leito do corpo d’água, construções de galpões sobre a água, construção de quebra-ondas ou enrocamento destinado à proteção da própria estrutura contra as ondas e correntezas;

Estrutura Náutica Classe 3: estrutura de apoio que compreende instalações de galpões em terra para guarda de embarcações, estaleiros para barcos de esporte, lazer, recreio e turismo náutico e de pesca artesanal, serviços de reparos de cascos, manutenções completas de motores, pinturas de qualquer tipo, abastecimento de combustíveis e troca de óleo na água, dársenas, assim como aquela que necessite, para sua implantação, aterro do corpo d’água, dragagem do leito do corpo d’água, construção de quebra-onda destinado à proteção da própria estrutura contra as ondas e correntezas e abertura de canais para implantação de dársenas;